

OS DISCURSOS DIRETO E INDIRETO À LUZ DA ENUNCIÇÃO

Márnei Consul*

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo:

Ao lermos um texto jornalístico, vemos as citações que nele são colocadas. Percebemos que se trata de vozes inseridas no texto, a fim de construí-lo. O repórter, para relatar a fala das pessoas, serve-se de algumas modalidades discursivas. Três se destacam: discurso direto, discurso indireto e modalização em discurso segundo. Reproduzindo textualmente as palavras de alguém (ou supondo reproduzir), o jornalista usa a modalidade direta. Transmitindo com suas próprias palavras, vale-se da indireta. Uma forma mais sutil, formada com grupos preposicionais do tipo “conforme fulano”, é a modalização em discurso segundo. Palavras-chave: enunciação; texto jornalístico; discursos direto e indireto.

Abstract:

Upon reading a journalistic text, we see the citations that are included in the text. We perceive that the citations are voices inserted into the text with the purpose of constructing it. The reporter, in order to relate the speech of other people, makes use of some discursive modes. Three of which are highlighted: direct discourse, indirect discourse and modality of a secondary discourse. Textually reproducing the words of someone (or supposing to reproduce), the journalist uses the direct mode; using his own words, he makes use of the indirect mode. A more subtle form, using prepositional groups such as “according to so-and-so” is modalization of a secondary discourse. Key-words: enunciation; journalistic text; direct and indirect discourses.

* Artigo feito durante a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Letras – Português/Inglês da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no segundo semestre de 2008, com orientação da professora mestra Silvana Silva.

I. Introdução

Como podemos citar as vozes de outrem num texto jornalístico? Quais as melhores formas de se fazer isso? Como a enunciação é entendida neste contexto? Essas são perguntas que são respondidas ao longo deste artigo. Seu objetivo é explanar os discursos direto e indireto, bem como a modalização em discurso segundo, abordando tais formas de citação na ótica da enunciação.

Toda enunciação é um acontecimento único; tem enunciador, destinatário, tempo e lugar só seus. Juntas, essas condições jamais se repetirão. Encontramos em Benveniste a definição clássica de enunciação: “o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste 1989:82). O enunciado, por sua vez, é o produto textual desse ato e, por conseguinte, também é único.

Um jornalista, ao criar suas matérias, vale-se das citações de outrem. Essas citações dão credibilidade ao fato reportado, bem como, em outras ocasiões, isentam, em parte, o repórter de ser o responsável pelos escritos. A forma de representação desses discursos pode ser direta ou indireta. Além disso, temos também a modalização em discurso segundo. É quase impossível encontrar, na imprensa brasileira, os discursos indireto livre e direto livre, nos quais as vozes do enunciador citante e do enunciador citado se fundem, desaparecendo, para o leitor, suas fronteiras.

Nesse sentido, é de se perceber que o jornalismo é produtor e interpretador de um conjunto de enunciados, por meio do qual o jornal impresso toma corpo. As notícias em um jornal podem ser subjetivas ou objetivas; tudo depende do jornalista ao redigir seu

texto. A mídia impressa permite a transmissão de informações em função de interesses e expectativas.

2. Texto jornalístico

O texto jornalístico tem um intervalo breve de textualização e interpretação, já que segue adaptado às circunstâncias cotidianas, aos fatos da realidade que nos circunda, bem como ao interesse dos leitores. A linguagem precisa ser acessível a todos os leitores, mesmo que o jornal pretenda destinar-se a determinado público. Essa linguagem compreensível facilita a comunicação e a relação escritor-leitor. Além disso, hoje em dia, tudo é rápido, tudo vira notícia. Quando conclui que entendeu o assunto da edição de ontem, o leitor já é surpreendido com os acréscimos de hoje. Por isso, sua interpretação parece ser sempre breve, pois, a todo momento, fatos surgem que o fazem repensar sobre um tema.

Sendo reprodutor de fatos da atualidade, o jornalismo comunica os acontecimentos. E faz isso por meio da elaboração de enunciados. A enunciação jornalística realiza uma seleção dos acontecimentos e também das enunciações; o jornalista – enquanto sujeito – julga a relevância de fatos do seu interesse para o público. Dessa forma, ao enunciar, o jornalista parte do pressuposto de que a audiência (o público) tem interesse em conhecer o que ele enuncia. Nesse sentido, em síntese, a enunciação jornalística consiste em um trabalho de transformação dos fatos por meio da sua enunciação ao público.

O discurso jornalístico se mostra como enunciador dos acontecimentos, mesmo que, de forma frequente, tenha outras funções, como ditar costumes, estabelecer gostos e criar emoções,

enfim, mostrar a identidade do veículo, fazendo transparecer seu posicionamento imparcial.

As fontes contribuem para o sucesso do jornal. As outras vozes juntam-se à do veículo para criar o resultado final, o qual vai para a sociedade como atrativo de informação.

3. Discurso reportado e enunciação

O *discurso reportado* é tanto uma enunciação na enunciação, quanto uma enunciação sobre a enunciação. Isso significa que o discurso reportado inclui – além de um redizer do dizer de outra pessoa – uma atitude avaliativa. “Essa atitude avaliativa pode recobrir o dizer reportado em uma ou várias de suas diferentes dimensões. Nesse sentido, o foco da enunciação ‘sobre’ a enunciação pode ser tanto o conteúdo das palavras de outrem (...), quanto as características lexicais, fonológicas e/ou sintáticas de sua fala” (Zilles & Faraco 2002:16).

Com razão, o locutor, seguidamente, pode adaptar seu enunciado de modo a reproduzir as propriedades que seu olhar percebe. Ele pode encaixar as falas de outrem em seu discurso, às vezes, reformulando essas falas.

Zilles e Faraco atestam que é difícil transpor a fala de uma pessoa para a representação escrita. Para os autores, há “dificuldades inerentes a qualquer tentativa de transposição do discurso oral para a representação escrita, dificuldades que se multiplicam quando temos, como no caso do discurso reportado, enunciação dentro da enunciação transcrita.” (Zilles & Faraco 2002:17). É por isso que se pode afirmar que os discursos direto e indireto não representam

exatamente a fala de outrem, tal qual ela foi feita. Mas isso será tratado mais adiante, de forma específica.

Ainda dentro da relação entre enunciação e discurso reportado, podemos falar em discursos *reais* e *hipotéticos*. Para os autores acima, há um contraste entre os discursos reportados reais (que são os que foram efetivamente ditos) e os discursos reportados hipotéticos (aqueles em que o falante apresenta um discurso imaginado, como se ele tivesse de fato ocorrido). No segundo, tratar-se-ia de uma enunciação somente se o pensamento fosse externado. Um exemplo disso é o seguinte: *Então, pensei: 'o melhor para minha filha seria ir à escola', relatou o morador da Cohab*. Aqui se nota que o conteúdo posto depois dos dois pontos foi tratado pela fonte (o morador da Cohab) como um pensamento, o qual foi externado quando da entrevista feita pelo jornalista.

Citando Volochinov, Zilles e Faraco nos dizem que “o discurso citado não se esgota na citação, mas deve ser considerado como um ato que revela também uma apreensão apreciativa da palavra de outrem (...) quando citamos o dizer de outro no interior do nosso, essa citação não apenas apresenta as palavras do outro, mas o faz atravessando-as com nossa apreciação” (Zilles & Faraco 2002:28).

Com isso, os autores afirmam que reportar não é fundamentalmente reproduzir, repetir. É principalmente estabelecer uma relação ativa entre o discurso que reporta e o discurso reportado. Trata-se de uma interação. Mais do que uma enunciação na enunciação, o discurso citado é uma enunciação sobre a enunciação. Isso ocorre muito no jornalismo, ao passo que o repórter avalia as falas de seus entrevistados para, depois, lançá-las na forma escrita. Nesse processo, ele pode mesclar sua voz com a da fonte, criando um texto interessante.

4. Discurso direto

O *discurso direto* (DD) propõe-se a reproduzir a fala do personagem exatamente como ela foi proferida. Numa reportagem, é como se o jornalista expressasse o seguinte ao leitor: “Foi o entrevistado quem disse isso; eu somente passei para o papel; não me responsabilizo pelo que ele afirma; as palavras são as dele”.

Maingueneau (2002) recorda que o discurso direto não se satisfaz em eximir a responsabilidade sobre o que está sendo dito pelo enunciador, mas também simula reproduzir as falas citadas e caracteriza-se por dissociar claramente as duas instâncias da enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado.

Os limites entre os discursos citante e citado são marcadas por elementos tipográficos – como travessão ou aspas – e pelos chamados verbos ilocutórios ou dicendi, que podem preceder o discurso citado, intercalá-lo ou vir em seu final.

No discurso direto, os embreantes (envolvidos) têm como referência o discurso citado, porém quem fornece as informações sobre a situação de enunciação reproduzida no texto é o enunciador citante. “Enquanto os embreantes do discurso citante são, por definição, diretamente interpretáveis na situação de enunciação, os do discurso citado só o podem ser a partir das indicações fornecidas por esse discurso citante” (Maingueneau 2001:106).

O autor afirma que tais informações podem não aparecer completas no texto. Assim, por exemplo, uma palavra não entendida pelo leitor num parágrafo pode ter sido explicada no parágrafo anterior, já que o jornalista usa termos referentes para não provocar repetições em seu texto. Um exemplo hipotético seria o seguinte: num parágrafo, o repórter noticia que as escolas de determinado

município passaram a fazer parte de um projeto de literatura. Num parágrafo seguinte, ele lança uma citação direta do prefeito desta cidade: *Foi uma conquista para nós*. Para o leitor desatento, a palavra “conquista” pode soar estranha. No entanto, se ele voltar ao texto, verá que ela se refere ao projeto de literatura. O prefeito está comemorando a contemplação do município.

Reproduzir diretamente a fala de um entrevistado é uma maneira de o repórter mostrar que ele não é responsável por tais informações. Se, no futuro, elas se revelarem falsas, provavelmente, quem perderá a confiança do leitor será o sujeito cuja voz está inserida no enunciado do jornalista.

Há algumas razões para que se use o discurso direto num texto jornalístico. De acordo com Maingueneau (2002), elas podem ser as seguintes: mostrar autenticidade, ou seja, indicar que as palavras são aquelas realmente proferidas; distanciar-se do que é dito, ou porque o jornalista não concorda com tais palavras, ou porque quer usar citação de autoridade; demonstrar objetividade e seriedade; e dar caráter oral ao trecho.

Ainda com relação ao DD, merecem exposição os escritos de Fiorin e Savioli. Tais autores nos falam que, num texto, entram “em cena personagens que falam, dialogam entre si, manifestam, enfim, o seu discurso” (Fiorin & Savioli 2006:181).

Nesse sentido, no DD, os autores dizem que tudo ocorre como se o leitor ouvisse literalmente a fala dos personagens em contato direto com eles. Além disso, eles contam que há marcas importantes em tal modalidade discursiva: a) o DD vem introduzido por um verbo anunciante da fala do personagem/sujeito; b) antes de tal fala, normalmente, há dois pontos e travessão; e c) o tempo

verbal, pronomes e palavras são ordenadas de acordo com o momento da fala.

Mas o aspecto mais interessante abordado por Fiorin e Savioli é a questão da funcionalidade dos modos de reproduzir ou citar o discurso alheio. Para eles, “cada tipo de citação assume um papel distinto no interior do texto, e a escolha de um ou de outro, processada pelo narrador, pode revelar suas intenções e sua própria visão de mundo” (Fiorin & Savioli 2006:184).

Como se vê, eles escrevem sobre intencionalidade, ou seja, o poder de escolha de quem escreve para optar por um discurso ou outro. Optando pelo discurso direto, segundo os autores acima, quem escreve cria um efeito de verdade, passando a impressão de que manteve a integridade do discurso citado e a autenticidade do que reproduziu. Temos aqui a ideia de fidelidade, que será mais largamente abordada adiante.

A partir dos dizeres de Fiorin e Savioli, concluímos que o DD tenta simular a enunciação. É como se as palavras em destaque (por meio de travessão ou aspas) fossem as realmente proferidas por uma fonte, fazendo com que o leitor percebesse claramente a mudança de voz. Porém as palavras destacadas podem ter sido manipuladas. Afinal de contas, o “senhor” do texto é o jornalista. Aos olhos do leitor, entretanto, isso não será percebido. Ademais, reproduzir a enunciação não é possível, isso porque ela é um ato único. O eixo “aqui, agora” de uma fonte falando não é o mesmo das palavras ditas por ela transpostas no jornal. Por isso, o termo “simulação” é bem indicado, pois se trata de uma tentativa.

Com o discurso direto, tem-se a impressão de exata reprodução das palavras do enunciador citado, há a impressão de fidelidade absoluta do que está grifado, marcado ou entre aspas e

travessões com as falas alheias às do jornalista. No entanto, conforme Maingueneau, o DD não relata necessariamente falas pronunciadas. Segundo ele, “mesmo quando o DD relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma encenação, visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador” (Maingueneau 2001:141).

O mesmo autor nos diz que não tem como comparar uma fala efetiva (com sua entonação, gestos, etc.) com um enunciado citado entre aspas num outro contexto. Isso porque, “como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal” (Maingueneau 2001:141).

Com isso, percebemos que o quesito fidelidade – atribuído ao DD – não pode ser tido como absoluto. Por certo que há citações realmente pronunciadas. Entretanto, há também as encenações de fala atribuídas a uma outra fonte de enunciação, como trata Maingueneau.

Outra linguista fala sobre a falta de fidelidade do discurso relatado direto. Para Authier-Revuz, o DD não é nem objetivo nem fiel: “Mesmo quando cita textualmente (...), ele não pode ser considerado como ‘objetivo’, na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação” (Authier-Revuz 1998:134).

A autora afirma que o que um discurso relatado (DR) retrata não é uma frase ou um enunciado, mas sim um ato de enunciação. Assim sendo, “há em DD uma ficção de apagamento, uma ostentação

de objetividade no ‘eu cito’ (...); esta será sempre, inevitavelmente, parcial e subjetiva” (Authier-Revuz 1998:149).

Em outras palavras, a linguista nos diz que é praticamente impossível reproduzir um ato de enunciação tal como ele ocorreu, isso porque o tempo e o lugar da fala não são passíveis de reprodução exata. A enunciação de um entrevistado, por exemplo, na segunda-feira à tarde, não é a mesma posta em texto pelo repórter na terça-feira pela manhã, ou seja, lugar e tempo são distintos.

Mesmo querendo, com o uso do discurso direto, dar a impressão de que apenas escreveu as palavras do entrevistado, tal qual elas foram ditas, o jornalista é o responsável por essas palavras quando as passa para o papel. É ele que vai escolher o fragmento a ser encaixado em sua reportagem e em que ponto do texto será inserido.

Por isso, por mais que tente passar objetividade, o discurso direto deixa clara a subjetividade do enunciador do discurso citante, que manipula as falas dos seus personagens de acordo com o que deseja contar ao seu leitor. Até porque, não se pode esquecer que essas falas são de fato colocadas sob a responsabilidade do autor que as cita, da mesma maneira que todos os outros elementos de sua história. Dessa forma, Maingueneau sintetiza: “Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado” (Maingueneau 2001:89).

5. Discurso indireto

Uma outra forma de relatar o discurso citado é através do *discurso indireto* (DI). Ao usá-la, o enunciador citante não se propõe a reproduzir as palavras do locutor exatamente como elas foram ditas, mas somente a passar o conteúdo do pensamento, escrevendo-o com suas próprias palavras. Maingueneau diferencia o DD do DI: “Enquanto o discurso direto supostamente repete as palavras de um outro ato de enunciação e dissocia dois sistemas enunciativos, o discurso indireto só é discurso citado por seu sentido, constituindo uma tradução da enunciação citada. (...) Como o discurso indireto não reproduz um significante, mas dá um equivalente semântico integrado à enunciação citante, ele apenas implica um único ‘locutor’, o qual se encarrega do conjunto da enunciação” (Maingueneau 2001:108).

Como une o discurso citado ao seu, o enunciador citante passa a ter mais responsabilidade por ele. No texto jornalístico, o repórter não está tão somente escrevendo o que ouviu do entrevistado, exatamente da forma como ouviu, como tenta convencer o leitor de que faz no discurso direto, mas sim está colocando no papel o que apreendeu do que ouviu, usando seu próprio discurso. “(...) a voz de EGO 2 é embutida na voz de EGO 1. (...) Indiretamente, é a fala de EGO 2 que é apresentada, mas sob a perspectiva do jornalista. Ele compartilha com o sujeito falante parte da responsabilidade pelo ‘tom’ que imprime ao enunciado” (Chiavegatto 2001:241).

Tentemos exemplificar o exposto até aqui, escrevendo um mesmo trecho em DD e, em seguida, em DI:

(1) “Neste momento, a Administração não possui recursos para iniciar a Operação Tapa-Buracos”, explicou o prefeito Daiçon.

(2) Depois de muitas reclamações de munícipes, o prefeito Daiçon explicou que a Administração não possuía recursos para iniciar a Operação Tapa-Buracos.

Em (1), temos um discurso direto. Em (2), um discurso indireto. Pode até ser que, aos olhos do leitor, as formas não tenham distinção. Entretanto, analisando-as mais a fundo, percebemos a intenção do jornalista de reproduzir (ou fingir reproduzir) a exata fala do prefeito no DD. No DI, no entanto, vemos que o repórter usou outros termos para expressar a fala de Daiçon. Além de dizê-la indiretamente, ele criou um contexto (o prefeito se pronunciou depois das reclamações dos munícipes).

Como vemos em (2), também de acordo com Maingueneau (2002), o enunciador citante tem, com o discurso indireto, uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, eis que não são as palavras exatas que são relatadas, mas o conteúdo do pensamento.

Como existe somente uma situação de enunciação, no discurso indireto, os embreantes referem-se apenas à situação de enunciação do discurso citante. “No discurso indireto, não há uma debreagem interna, o que significa que o discurso citado está subordinado à enunciação do discurso citante. Não há dois *eu*, mas há uma fonte enunciativa que não diz *eu* (locutor), responsável por parte da enunciação de um *eu*. (...) Como há uma única enunciação, todos os traços enunciativos da enunciação desse interlocutor, que foi subordinada à enunciação do narrador, e que, assim, tornou-se um locutor são apagados. Dessa forma, os embreantes são referidos à situação de enunciação do discurso citante” (Fiorin 2002:75).

Em outras palavras, a fala do outro é introduzida na do jornalista, tornando-se, assim, uma única enunciação apenas.

No discurso indireto, a estrutura sintática é fixa: “As falas relatadas no DI são apresentadas sob a forma de uma oração subordinada substantiva objetiva direta, introduzida por um verbo dicendi. (...) é o sentido do verbo introdutor que mostra haver um discurso relatado e não uma simples oração subordinada substantiva objetiva direta” (Maingueneau 2002:150).

Vale ressaltar que, diferentemente do que expressa o autor, às vezes, a oração pode ser substantiva indireta, eis que tal classificação depende da transitividade do verbo.

Assim como no discurso direto, o sentido dos verbos dicendi vai demonstrar o envolvimento do narrador com o discurso que ele reporta. Maingueneau (2002) relata que a escolha do verbo introdutor é muito significativa, já que condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado. Para afastar o comprometimento com a fala que reporta indiretamente, o jornalista – assim como faz na introdução do discurso direto –, prefere o neutro “dizer”. Os verbos descritivos revelam a opinião do jornalista. Exemplifiquemos:

(3) “Queremos conscientizar as pessoas de que a paz começa com uma atitude de cada um”, afirmou a secretária municipal de Educação, Maria Milanezi. Segundo ela, a violência em torno da escola não é o maior motivo de preocupação. Ela *reclama* das brincadeiras violentas e do hábito de pegar sem pedir objetos dos colegas.

Ao escolher o verbo “reclamar” para introduzir o discurso citado, na reportagem acima, o jornalista deixou clara a sua opinião sobre o que disse a entrevistada: ela estava se queixando da situação.

Algumas vezes, o verbo dicendi é substituído por um verbo de pensamento, como “acreditar”, “querer” e “desejar”. Em vez de

escrever que sua fonte “diz acreditar” em algo, por exemplo, o repórter escreve simplesmente que o entrevistado “acredita”. O trecho a seguir serve para exemplificar:

(4) Com o projeto, a Secretária de Educação *acredita* na redução da violência.

Em (4), o verbo “acreditar” introduz o suposto pensamento da secretária por meio de uma oração subordinada substantiva indireta.

Assim como citamos Fiorin e Savioli (2006) na parte relacionada ao DD, fazemos o mesmo agora tocante ao discurso indireto. Eles falam de marcas típicas do DI. São elas: a) o discurso indireto é introduzido por um verbo dicendi, assim como o DD; b) o DI não vem separado da fala do narrador/sujeito por sinais de pontuação, mas sim por uma partícula introdutória, geralmente, a conjunção ‘que’ ou ‘se’; e c) os pronomes, o tempo verbal e elementos que dependem de situação são determinados pelo contexto em que se inscreve o narrador e não o personagem.

Notemos que os autores usam a terminologia “narrador e personagem”. Para nós, neste trabalho, a mais adequada seria “jornalista e fonte”.

Com relação ao dito acima, percebemos que se trata de uma definição simplificada, que aborda tão somente as formas de se redigir o DI em oposição ao DD. No entanto, Fiorin e Savioli também escrevem sobre a funcionalidade do discurso indireto. Para eles, escolhendo tal modalidade, podem-se criar diferentes efeitos de sentido num texto. Isso porque eles acreditam existirem dois tipos de discurso indireto: “o que analisa o conteúdo e o que analisa a expressão. O primeiro, ao eliminar os elementos emocionais ou afetivos presentes no discurso direto, bem como as interrogações,

exclamações ou formas interpretativas, cria um efeito de sentido de objetividade analítica” (Fiorin 2006:184).

Trata-se de apreender o conteúdo do discurso, e não a forma. Tem-se a impressão que quem redige o texto analisa o discurso citado de forma racional e sem envolvimento. Nesta situação, o DI “não se interessa pela individualidade do falante revelada no modo como ele diz as coisas” (Fiorin & Savioli 2006:185). Isso é muito utilizado no jornalismo, especialmente quando o repórter usa verbos de elocução neutros, como “dizer”, “contar” e “relatar”. Ao fazer isso, o profissional cita a fonte, sem julgá-la.

O segundo modelo de discurso indireto, de acordo com Fiorin e Savioli, serve para analisar as palavras e o modo de dizer dos outros, e não apenas o conteúdo de sua comunicação. Desta forma, palavras e expressões realçadas vêm entre aspas. “O narrador o faz para dar relevo a uma expressão típica do personagem. Nesse caso, o discurso indireto analisa o personagem por meio das formas de falar e manifesta a posição do narrador em relação a elas” (Fiorin & Savioli 2006:185).

O trecho hipotético “O morador disse que o prefeito era um ‘mentiroso’, pois não cumpriu a promessa de campanha” é um exemplo desta modalidade, eis que o termo “mentiroso” vem entre aspas, marcando bem que foi um dizer do morador, não do jornalista.

6. Modalização em discurso segundo

Outra maneira de atribuir ao locutor – ao entrevistado, no caso do texto jornalístico, – a responsabilidade pelo que está sendo dito é a modalização. Reza Maingueneau (2002) que, neste caso, o enunciador mostra, de modo mais simples e mais discreto que no

discurso direto, que não é responsável pelo enunciado: ele indica que está se apoiando em outro discurso, por meio da *modalização em discurso segundo*. Essa indicação se dá por meio dos chamados grupos preposicionais (*segundo A, para X, de acordo com Y*). O exemplo abaixo ilustra o dito:

(5) A exposição do problema ao Departamento de Esportes, até agora, não resultou em repasses financeiros. *Segundo* o diretor Pedro Souza, o departamento encaminhou ofício solicitando ajuda.

Em muitos casos, o jornalista utiliza duas modalizações: atribui o enunciado a alguém por meio de um grupo preposicional e usa um verbo no condicional (futuro do pretérito do indicativo, ocasionalmente acompanhado de particípio) ao transcrever a afirmação atribuída àquela pessoa. É uma maneira de, além de não se responsabilizar perante o leitor pelo que está sendo dito, não se comprometer nem mesmo com o seu entrevistado, caso ele reclame que não disse exatamente aquilo que está escrito. Ninguém afirma: nem o enunciadador citante nem o enunciadador citado. É o caso abaixo:

(6) *Conforme* o morador, o crime *teria sido* cometido pelo proprietário da indústria de calçados.

O que foi descrito é comumente utilizado em matérias policiais, onde o repórter opta por deixar o verbo do discurso modalizado como condicional.

Mesmo não existindo uma pessoa específica a quem se atribui o discurso, a modalização pode atribuí-lo a entidades abstratas, como, por exemplo: polícia, moradores, testemunhas, etc. Neste caso, o jornalista não tem alguém de “carne e osso”, com nome e sobrenome, para responsabilizar pelo que está dizendo, mas, pelo menos, deixa claro que ele – o jornalista – não é o responsável, que ouviu o que está dizendo de alguém.

Maingueneau (2002) revela que há outros modalizadores, os quais têm outras funções, além de remeterem ao discurso de outra pessoa. Ele diz que “talvez”, “provavelmente”, “de alguma forma”, “digamos” são exemplos de modalizadores.

(7) Mesmo não sendo um sucesso, o festival de dança, *de certa forma*, contribuiu para a interação das escolas.

Acima, as palavras destacadas constituem um comentário do enunciador acerca de seu próprio discurso, apresentando o festival de dança como não tendo sido sucesso absoluto, mas que, entretanto, serviu para algo: para que as escolas interagissem.

7. Considerações finais

Diante de tudo que foi exposto neste capítulo, podemos sintetizar que três formas de se reproduzir o discurso relatado (de incluir na voz do jornalista as vozes de outrem) foram abordadas: discurso direto, discurso indireto e modalização em discurso segundo. Com a primeira forma, temos a impressão de estar reproduzindo as falas tal qual ocorreram, fato que não ocorre na segunda, tida como manipulação por parte do jornalista. A terceira forma – a modalização – é entendida como mais discreta e simples, além de contribuir para o distanciamento do que está escrito com o profissional da imprensa.

DD e DI são mais semelhantes do que percebemos. Isso porque é impossível que o DD seja fiel, tendo em vista que a voz de um locutor num texto não é igual quando de seu proferimento. Parece que a distinção entre DD, DI e MDS se dá mais no campo das formas, evitando repetição de estilos numa mesma notícia.

As citações (sejam em DD, DI ou MDS) lidam com atos de fala. E o enunciado é um ato de fala. Assim sendo, é compreendido como discurso e é produzido dentro de um dado contexto, para que seu sentido tenha uma relação de significação entre os interlocutores.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, Unicamp.
- BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, Pontes Editores.
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho (2001). *Construções e funções no discurso jornalístico: o processo cognitivo de mesclagem de vozes*. In AZEREDO, José Carlos de. *Letras e Comunicação*. Petrópolis, Vozes.
- FIORIN, José Luiz (2002). *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ática.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão (2006). *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo, Ática.
- MAINGUENEAU, Dominique (2001). *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo, Martins Fontes.
- MAINGUENEAU, Dominique (2002). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez.
- ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (2002). *Considerações sobre o discurso reportado em corpus de língua oral*. In VANDRESEN, Paulino. *Varia mudança no português falado na região sul*. Pelotas, Educat.